



**DATA DA REUNIÃO:** DEZOITO DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**---

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**---

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** QUINZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS.-----



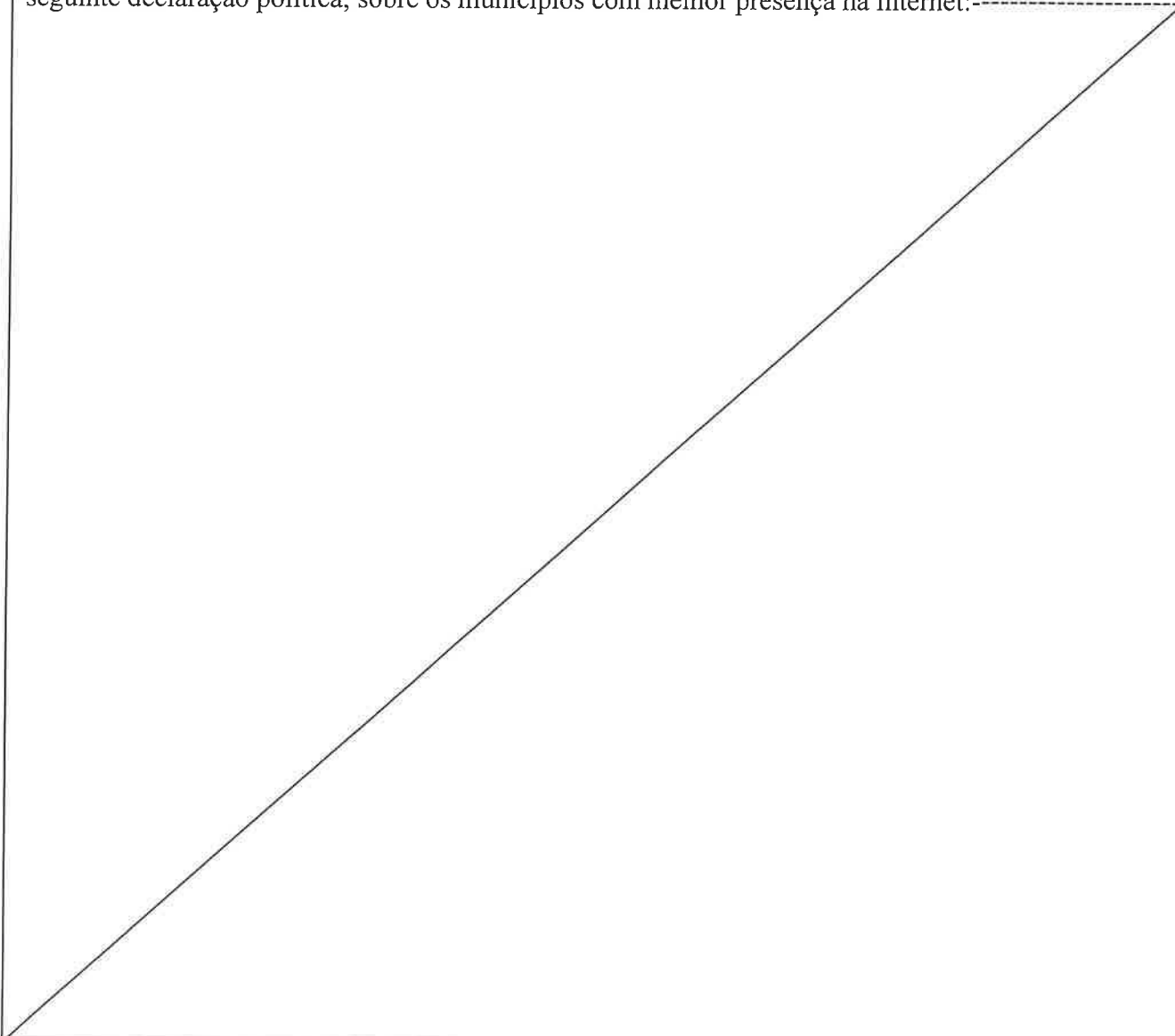
*[Handwritten signature in blue ink]*

**SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração política, sobre os municípios com melhor presença na internet:-----



**DECLARAÇÃO POLÍTICA**

**(Santo Tirso no “top 10” dos Municípios com melhor presença na Internet)**

Um estudo realizado pela Universidade do Minho coloca Santo Tirso no “top 10” dos Municípios com melhor presença na Internet. Entre os 308 Municípios portugueses, Santo Tirso é ainda o número 1 no que diz respeito à atualização dos conteúdos na Internet e também o terceiro melhor do País em matéria de acessibilidade, navegabilidade e facilidade de utilização.

O Índice de Presença na Internet elaborado pela Universidade do Minho é motivo de orgulho e de satisfação para este executivo municipal, que tem feito um esforço no sentido de prestar contas à população do concelho de Santo Tirso, disponibilizando toda a informação nos meios de comunicação oficiais, nomeadamente por via do site do Município, e de pôr em prática uma gestão municipal cada vez mais transparente.

A Internet é, nos dias de hoje, uma ferramenta fundamental de acesso dos cidadãos à informação, razão pela qual este executivo municipal tem desenvolvido um conjunto de ações com vista a disponibilizar mais e melhor conteúdos sobre a gestão camarária à população do concelho de Santo Tirso.

Não por acaso, para incómodo de alguns, o Município de Santo Tirso tem vindo a subir nos “rankings” nacionais que avaliam índices de transparência, de disponibilização de informação e de estratégia promocional do território.

Para além de estar em posição de destaque no Índice de Presença na Internet, com um honroso 10.º lugar entre 308 Municípios, Santo Tirso é também o 18.º Município da região norte no “ranking” que avalia a estratégia de promoção territorial nas áreas do Turismo, Investimento e Talento e aproximou-se ainda mais dos lugares da frente

no “ranking” do Índice de Transparência Municipal, no qual subiu 105 lugares em 2016.

Estes indicadores mostram que o Município de Santo Tirso está em boas mãos em matéria de transparência e de disponibilização de informação e validam o compromisso assumido por este executivo municipal de cumprir com um imperativo democrático: o de prestar contas à população do concelho de Santo Tirso.

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 18 de maio de 2017**



5

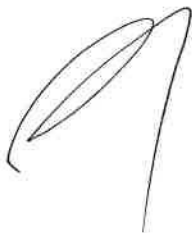
4

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.**-----

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18/MAIO/2017 – ATA Nº 10

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 04/05/2017
- 2 – Minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 28/04/2017: Conhecimento
- 3 – Celebração de Acordo entre o município de Santo Tirso e do CESOP-Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, tendo por objeto a cooperação entre as partes com vista à criação de um observatório do conhecimento, envolvimento e participação dos cidadãos nas medidas de sustentabilidade (ODS 2030): Ratificação
- 4 – Empreitada “Reabilitação do Conjunto Habitacional de Argemil e Requalificação dos Espaços Exteriores”: Aprovação da minuta
- 5 – Abertura de procedimento concursal para celebração de Contrato de Gestão de Eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública: Decisão de contratar e aprovação das peças do respetivo procedimento
- 6 – Proposta de acordo de gestão a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., tendo por objeto a execução da obra de reformulação da interseção existente na EN 105 com a EM 209-2 – S. Tomé de Negrelos
- 7 – Elaboração de Regulamento Municipal para a Criação da Comissão Municipal de Proteção de Idosos e Adultos Dependentes: Início do procedimento
- 8 – Novo Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Santo Tirso: Aprovação
- 9 – Novo Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso: Aprovação
- 10 – Aquisição de terrenos destinados à execução da obra denominada “CRO – Centro de Recolha Oficial – Canil/Gatil”: Parcela 1
- 11 – Proposta de celebração de Contrato de Delegação de Competências com a freguesia de Vilarinho: Pavimentação e beneficiação da Rua da Pitança



- 12 – Proposta de celebração de Contrato de delegação de competências com a freguesia de Vilarinho: Pavimentação da Rua da Idanha**
- 13 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira para execução da obra de pavimentação e beneficiação da Rua da Fonte, em Sequeirô**
- 14 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na freguesia de Agrela para execução da obra de pavimentação da Rua do Pé da Serra**
- 15 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na freguesia de Vilarinho para execução da obra de pavimentação e beneficiação da Rua do Caramulo**
- 16 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências com a freguesia de Vilarinho para a gestão do cemitério novo e da casa mortuária**
- 17 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Clube Desportivo das Aves**
- 18 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Grupo Columbófilo de Vilarinho**
- 19 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa da Torre**
- 20 – Proposta de celebração de Protocolo(s) de colaboração com as livrarias/papelarias do concelho de Santo Tirso, no âmbito da participação aos alunos do 1º ciclo do ensino básico para aquisição de material escolar**
- 21 – Proposta de atribuição de subsídio a associações culturais com escola de música**
- 22 – Proposta de atribuição de subsídio à associação denominada AAEV-Associação de Antigos Escuteiros de Vilarinho**
- 23 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação do Carnaval de S. Tomé de Negrelos**



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

8

**24. Proposta de atribuição de subsídios para outras Festas e Romarias:**

- A) Comissão de festas de Nossa Senhora dos Espinhos
- B) Comissão de festas de S. João do Carvalhinho
- C) Comissão de festas de S. Martinho do Campo
- D) Comissão de festas de S. João das Fontainhas

Santo Tirso, 15 de maio de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

**Nota:** Foram retirados de reunião os assuntos que constam dos itens onze, doze, quinze, dezasseis e dezanove da presente ordem do dia. Os assuntos que constam da ata foram renumerados em conformidade





*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04/05/2017.----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia quatro do corrente mês de maio, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

*[Large diagonal line across the page, likely indicating a signature or stamp area.]*



A

→

**2. MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28/04/2017: CONHECIMENTO.**-----

Presente a minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal, realizada no dia vinte e oito de abril findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Apreciação favorável do pedido de suspensão do mandato do membro da assembleia municipal Ricardo António Camizão Rossi, pelo período de três meses, que foi substituído por Romeu Filipe Areal Silva;-----

- Tomada de conhecimento das Declarações previstas no n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

- Apreciação favorável dos Documentos de Prestação de Contas do Município relativos à gerência de dois mil e dezasseis;-----

- Aprovação da 2ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do Município para dois mil e dezassete;-----

- Aprovação da composição dos júris para o recrutamento de titulares de cargos de direção intermédia, conforme proposta aprovada em reunião da câmara municipal de vinte de abril de dois mil e dezassete;-----

- Revogação do Regulamento de Atribuição de Vacinas;-----

- Aprovação da proposta de “critério de Repartição” da Dívida Orçamental da Área Metropolitana do Porto pelos municípios associados;-----

- Aprovação da transferência para o domínio público do município do troço da EN 105 entre o km 20,319 e o km 24,120, para integrar a rede rodoviária municipal, nos termos da minuta de Acordo de Mutuação Dominial anexa à respetiva ata.-----

- Tomada de conhecimento da 5ª correção do Plano Diretor Municipal;-----

- Aprovação do Novo Regulamento de Concessão de Regalias aos Bombeiros Voluntários do concelho de Santo Tirso;-----



A

91

- Alteração da designação do “Cartão Jovem de Santo Tirso” para Cartão “Santo Tirso Jovem”;-----

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais decorrentes da execução da empreitada denominada “Reformulação do entroncamento da E.N. 105 com a E.M. 209-2”;-----

- Aprovação da desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 57,60 m<sup>2</sup>, sita no lugar da Barca, na freguesia de Vila das Aves;-----

- Aprovação da doação de um terreno à freguesia de Água Longa para construção do edifício sede;-----

- Atribuição de um subsídio no montante de 2.650,00 € (dois mil seiscentos e cinquenta euros) à freguesia de Roriz para beneficiação da casa mortuária;-----

- Autorização para a celebração de contrato de delegação de competências na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, para beneficiação do edifício municipal sito em Areias onde funciona a sede da respetiva freguesia;-----

- Autorização para a celebração de contrato de delegação de competências do município de Santo Tirso na freguesia União das Freguesias de Carreira e Refojos de Riba d’Ave para pavimentação e conclusão da Rua de Lavatães em Refojos;-----

- Autorização da delegação de competências do município na freguesia de Vilarinho para gestão do edifício sito na Travessa do Amêdo n.º 40 (extinta Escola da Boca);-----

- Autorização para a celebração de contrato de delegação de competências na freguesia União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama, e Palmeira para gestão de equipamentos desportivos municipais: Campo de Futebol de Areias, Polidesportivo da Palmeira e Polidesportivo da Lama;-----

- Reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística de obras de edificação destinadas a indústria (Processo 402/10-LEDI);-----

- Reconhecimento do interesse público municipal das obras a levar a efeito pela



77

Sociedade BRIOXA – Indústrias Alimentares, Ld<sup>a</sup>., para ampliação das suas instalações, para efeitos de regularização do estabelecimento industrial ao abrigo do DL 165/2014, de cinco de novembro;-----

- Reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística a levar a efeito pela sociedade Carlos Alberto & Filhos, Ld<sup>a</sup>., relativa à construção de um novo pavilhão em Santa Cristina do Couto;-----

- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais com a celebração de um contrato de gestão de eficiência energética no “Sistema de Iluminação Pública”.-----

A câmara tomou conhecimento.-----



**3. CELEBRAÇÃO DE ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O CESOP-CENTRO DE ESTUDOS E SONDAgens DE OPINIÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, TENDO POR OBJETO A COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES COM VISTA À CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO, ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NAS MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE (ODS 2030): RATIFICAÇÃO.**-----

Presente ofício de cinco de abril findo, registado com o número nove mil seiscentos e dezassete, da Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, a remeter a “Carta Compromisso” assinada entre o município e aquela Universidade, no dia cinco de abril findo, que tem por objeto “*a regulamentação da relação de cooperação entre o CESOP, na qualidade de promotor de um projeto de investigação que tem como objetivo a criação de um observatório do conhecimento, envolvimento e participação dos cidadãos nas medidas de sustentabilidade (ODS 2030) de acordo com os objetivos definidos na Clausula 2ª, e as AUTARQUIAS, na qualidade de aderentes ao grupo piloto de suporte e experimentação do referido projeto.*”-----

O município de Santo Tirso é aderente na fase de “contexto piloto”.-----

Do compromisso assumido, resultam encargos financeiros no montante anual de 4.920,00 € (quatro mil novecentos e vinte euros), mais IVA à taxa em vigor, a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental nº 1523/2017.-----

O compromisso foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2259/2017, de dezasseis do corrente mês de maio.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de adesão ao referido projeto piloto, com a assinatura da referida “Carta Compromisso”, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por sete

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

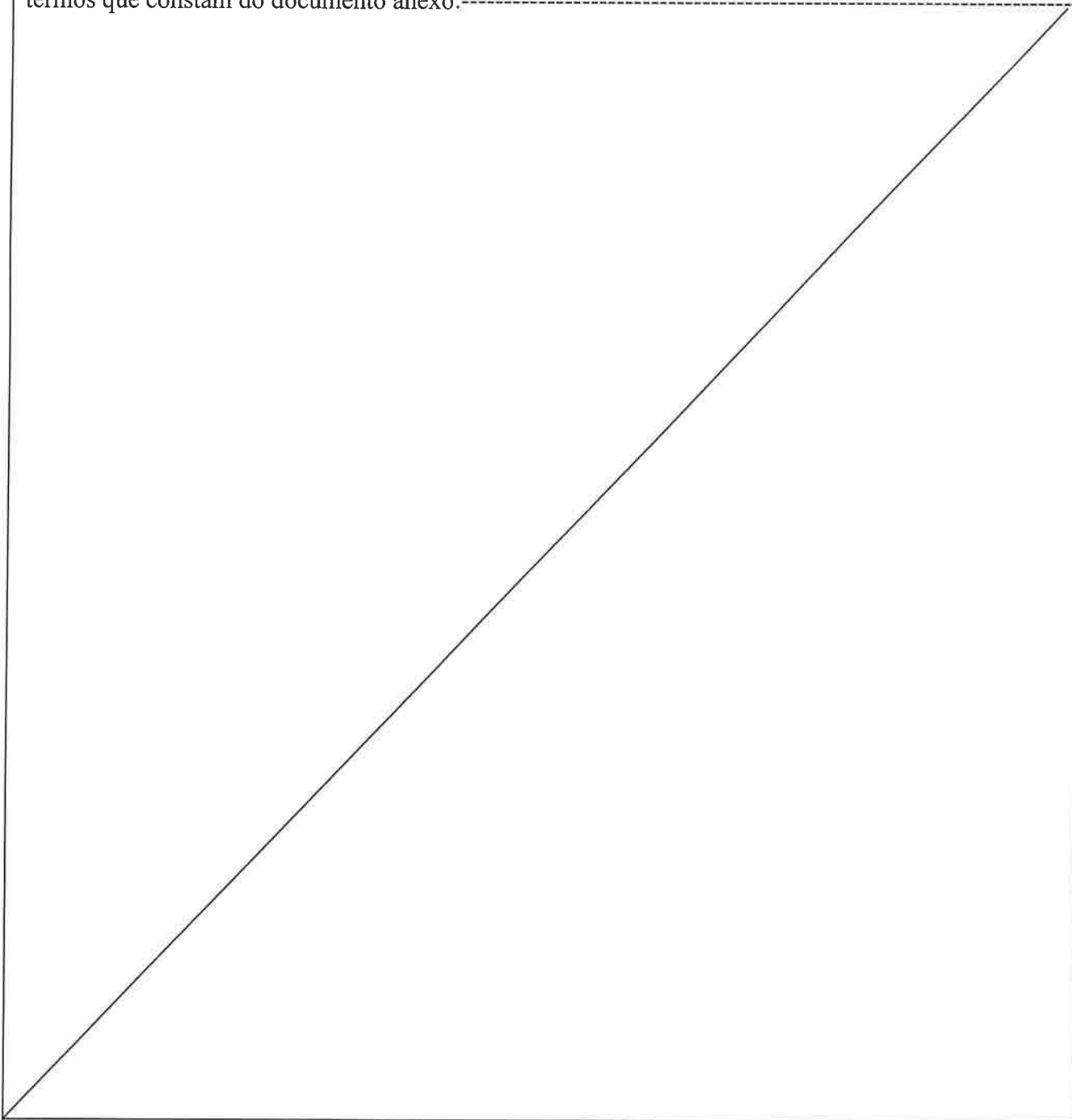
Ata N.º 10 Fl. 14  
18 de maio de 2017

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

folhas.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de adesão ao projeto, nos termos que constam do documento anexo.-----



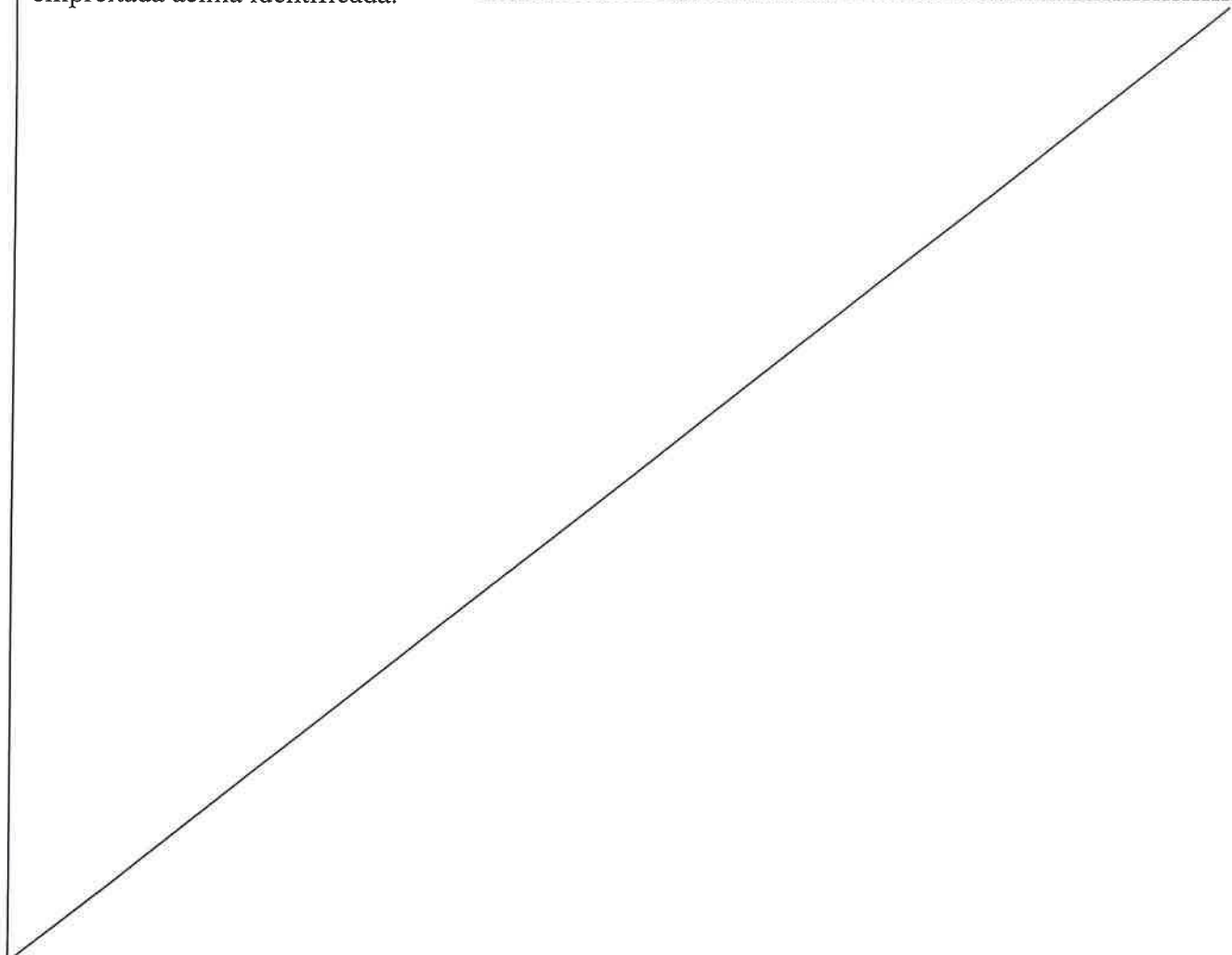


**4. EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL DE ARGEMIL E REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES”: APROVAÇÃO DA MINUTA.-----**

Presente a minuta do contrato da empreitada acima referida, adjudicada por deliberação da câmara municipal de vinte de abril findo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por catorze folhas.-----

O senhor presidente submeteu à câmara municipal a referida minuta, para aprovação.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta anexa do contrato da empreitada acima identificada.-----







**5. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: DECISÃO DE CONTRATAR E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO RESPECTIVO PROCEDIMENTO.**-----

Presente informação conjunta do departamento administrativo e financeiro e da divisão de projetos e empreitadas, sobre o assunto acima referido, registada com o número quatro mil duzentos e setenta e quatro, a remeter as peças do procedimento concursal com vista à celebração do contrato acima referido, a qual aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

As peças referidas são as seguintes:-----

1. Programa de Procedimento e respetivos anexos:-----

Anexo I – Metodologia de avaliação das propostas-----

Anexo II – Declaração conforme anexo I do CCP-----

Anexo III – Documento a que se refere o artigo 12º-----

Anexo IV – Declaração de indicação do preço contratual-----

Anexo V – Declaração conforme anexo II do CCP-----

Anexo VI – Modelos de garantia bancária e seguro caução-----

2. Caderno de Encargos e respetivos anexos:-----

Anexo I – Equipamentos de iluminação pública objeto de implementação de medidas de eficiência energética-----

Anexo II – Requisitos do serviço-----

Anexo III – remuneração da ESSE-----

Anexo IV – Penalidades por incumprimento das economias contratualizadas-----

Pelo senhor presidente da câmara foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal, nos termos conjugados do nº 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos e alínea b) do nº 1 do artigo 18º do DL 197/99, de 8 de junho, delibere tomar a





decisão de contratar e aprovar as peças do procedimento de formação do contrato de gestão de eficiência energética anexas à referida informação.-----

B) Que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos delibere aprovar a composição do júri do aludido procedimento, nos seguintes termos:-----

Membros efetivos-----

- Presidente – Engenheiro Carlos António Nogueira Veloso – Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;-----

- Dr.ª. Emilia Cristina Campos Ramos Maia – Chefe da Divisão da Contratação Pública, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

- Engenheira Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho – Técnica Superior do município-----

Membros suplentes-----

- Dr.ª. Maria Adriana Salgado Magalhães – Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro;-----

- Engenheiro Daniel Filipe Veloso Correia – Técnico Superior do município:-----

C) Que a câmara municipal delibere delegar no júri do procedimento a competência para a prestação de esclarecimentos.-----

D) Que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 68º do Código dos Contratos Públicos delibere designar a sociedade de advogados Telles de Abreu e Associados, Sociedade de Advogados, RL, como consultora para apoiar o júri do procedimento no exercício das suas funções.-----

Após discussão, a câmara municipal deliberou, por votação nominal, aprovar as referidas propostas por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

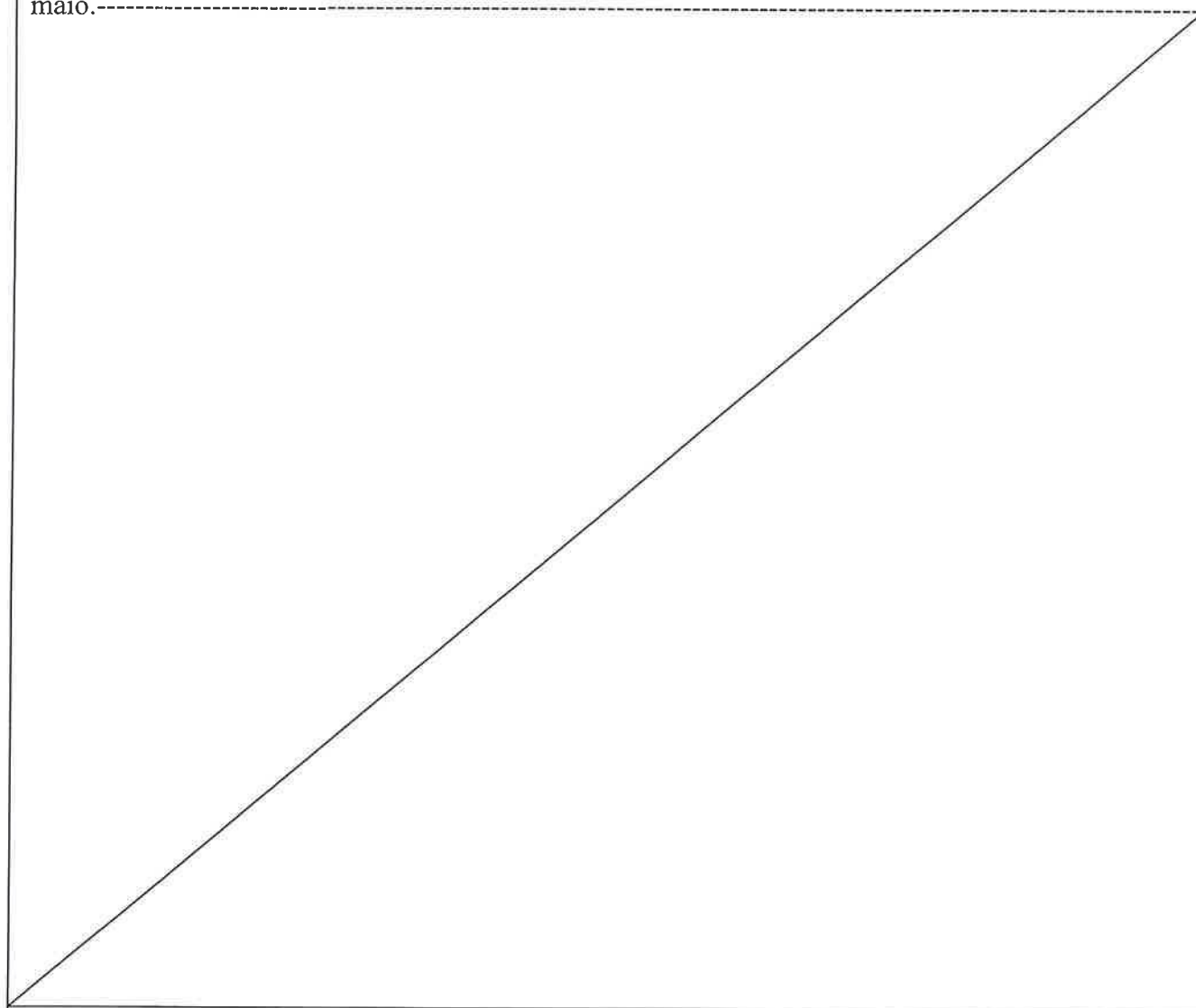


*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

As peças do procedimento, ficam anexas à presente ata e dela fazem parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por que secretariou esta reunião.-----

O montante estimado da remuneração do cocontrante será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04030501, na qual ficou cativa, para o ano em curso, a importância de 105.933,44 € (cento e cinco mil novecentos e trinta e três euros e quarenta e quatro centimos), conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1480/2017, de onze do corrente mês de maio.-----





*[Handwritten signature]*

**6. PROPOSTA DE ACORDO DE GESTÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMULAÇÃO DA INTERSEÇÃO EXISTENTE NA E.N. 105 COM A E.M. 209-2 – S. TOMÉ DE NEGRELOS.**-----

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de dez do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil duzentos e vinte e nove, a remeter minuta de Acordo de Gestão a celebrar entre o município de Santo Tirso e a Infraestruturas de Portugal, S.A., que tem por objeto a execução da reformulação da interseção existente na EN 105 com a EM 209-2, ao km 30,340 (entroncamento do Barreiro, em S. Tomé de Negrelos), de acordo com a planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta.-----

Considerando que o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei 34/2015, de 27 de abril, prevê a possibilidade da administração rodoviária se relacionar com os municípios, em matéria de construção;-----

Considerando a necessidade de melhoria da capacidade de tráfego e segurança rodoviária do entroncamento existente na EN 105 com a EM 209-2, ao km 30,340;-----

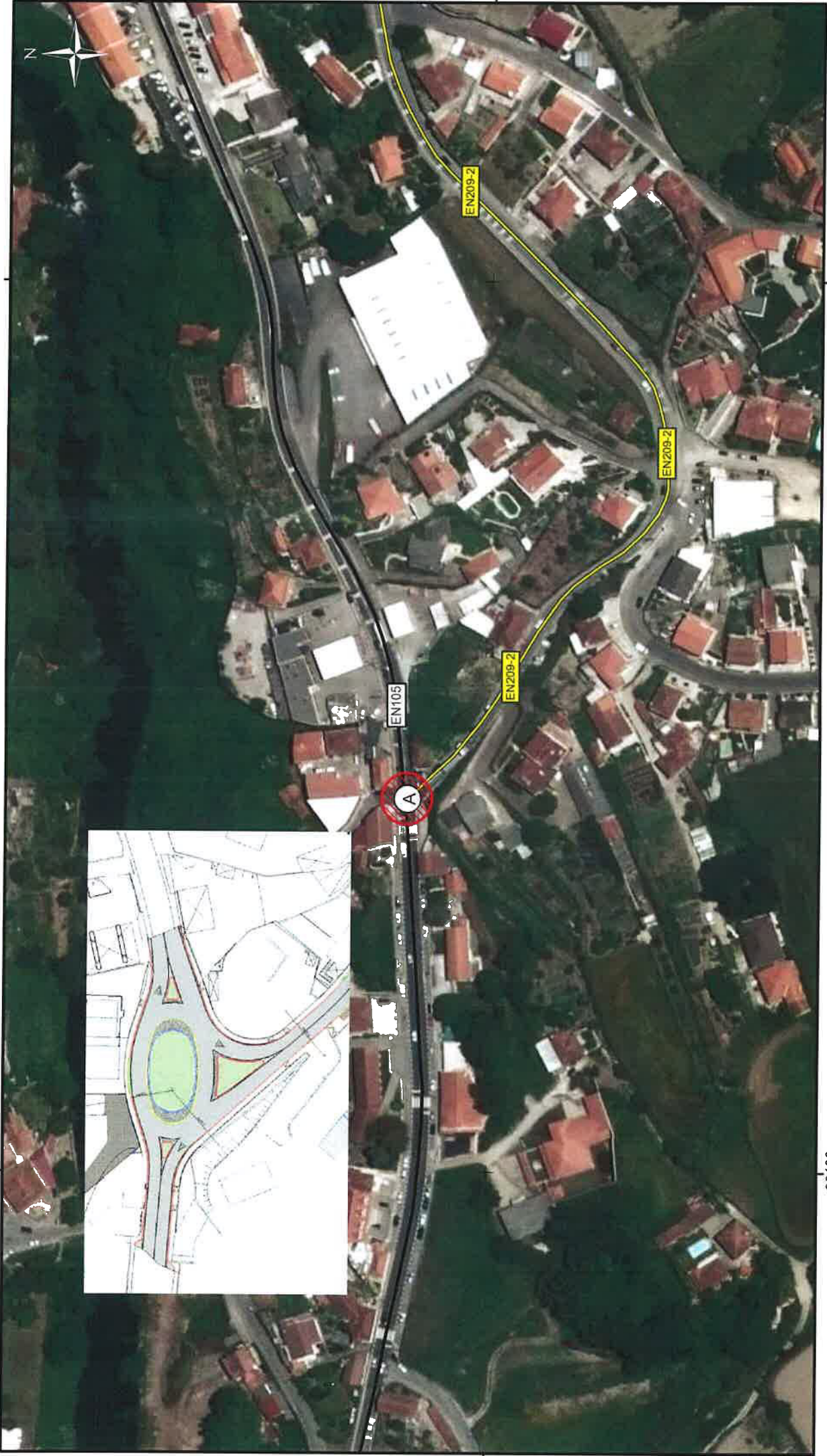
Considerando que o município já negociou os terrenos necessários à execução da obra em causa;-----

Considerando a urgência e importância para o município daquela obra;-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar o Acordo de Gestão que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, integrado por vinte e uma folhas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.-----





-23100

-22750

  
DIREÇÃO DE PLANEAMENTO  
Esboço Corográfico 1:2.000

DESIGNAÇÃO : Acordo para a execução de reformulação da interseção existente  
ao km 30,340 da EN105 com a EM209-2.

DISTRITO : Porto

CONCELHO : Santo Tirso

SISTEMA DE COORDENADAS: Elipsóide GRS80 - Projeção Transversa de Mercator - Datum ETRS89

LEGENDA

(A) EN105 ao km 30,340  
 $X=-22.950$  ;  $Y=-187.329$

 Zona a reformular



A

**7. PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE IDOSOS E ADULTOS DEPENDENTES: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.**-----

Presente informação de dez do corrente mês de maio, do Departamento de Coesão Social, registada com o número quatro mil duzentos e trinta, a propor a elaboração do Regulamento municipal acima referido, que tem por objetivos a criação de uma estrutura concelhia e com funcionamento em rede para apoio específico a idosos e adultos dependentes, definindo as condições de funcionamento da referida Comissão, os seus objetivos, composição, competências e funcionamento.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento o Técnico Superior Rui Filipe Dias Santos, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**8. PROPOSTA DE NOVO REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO.**-----

Presente informação de dez do corrente mês de maio, do Diretor do Departamento de Cultura e Desenvolvimento Económico, registada com o número quatro mil cento e oitenta e cinco, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de seis de abril findo (item três da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal de Distinções Honoríficas do município de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer as condições e regulamentar o procedimento de atribuição de distinções honoríficas pelo município, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A natureza deste Regulamento, dispensa o mesmo de consulta pública, de harmonia com as disposições conjugadas da alínea d) do n.º 3 do artigo 100º e artigo 101º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação do Regulamento municipal acima referido.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

*[Large diagonal line across the bottom of the page]*





## 9. NOVO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO.-----

Presente informação de três do corrente mês de maio, dos Serviços Urbanos, registada com o número três mil novecentos e vinte e nove, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de doze de dezembro último (item sete da respetiva ata), projeto de novo Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer as regras de funcionamento da feira municipal de Santo Tirso, fixando as condições de admissão de feirantes, os critérios para atribuição dos respetivos espaços de venda, bem como o horário de funcionamento da feira, revogando, com a sua entrada em vigor, o regulamento atualmente vigente.-----

Da referida informação consta ainda a identificação das entidades consultadas, os pareceres apresentados e a apreciação e ponderação que foi feita daqueles pareceres, informação que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

De harmonia com o disposto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo foi feita uma ponderação dos custos e benefícios resultantes das medidas previstas no Regulamento, quer do ponto de vista administrativo e legal, quer quanto aos custos que a sua aplicação poderá gerar, quer quanto aos benefícios económicos e financeiros decorrentes do mesmo, nomeadamente ao nível de cobrança de taxas, tudo conforme consta da aludida informação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de novo Regulamento municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, e remeter o mesmo à assembleia municipal para aprovação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.-----



A

7

**10. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “CRO – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – CANIL/GATIL”: PARCELA 1.-----**

Presente informação da Divisão Jurídica, de onze do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil duzentos e cinquenta e nove, a comunicar as condições de cedência ao município da parcela de terreno identificada na respetiva planta cadastral com o número um, a seguir descrita, necessária à execução da obra acima identificada.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que a obra acima identificada está prevista no PPI para o ano em curso (Objetivo 4.3; Projeto/ação 01/2012/I/4);-----

Considerando que o artigo 11º do Código das Expropriações impõe que, antes de requerer a declaração de utilidade pública, deve diligenciar-se no sentido de adquirir os bens pela via do direito privado;-----

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do mesmo código, o município é obrigado a repor em condições idênticas às existentes as benfeitorias que venham a ser afetadas com a execução da obra, ou a pagar uma indemnização pelos danos nela causados;-----

Considerando que são aceitáveis as condições negociadas com os proprietários da referida parcela de terreno, proponho que a câmara municipal delibere aceitar as condições de aquisição pela via do direito privado da dita parcela de terreno, nos seguintes termos: -----

**Parcela 1**

Parcela de terreno com a área de 238 m<sup>2</sup> (duzentos e trinta e oito metros quadrados), a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 2173 (dois mil cento e setenta e três) sito no lugar da Ermida, Santa Cristina do Couto, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 203 (duzentos e três), a confrontar de norte e nascente com caminho público, de sul com Estrada Municipal 556 e de poente com parte sobrance do prédio do qual é





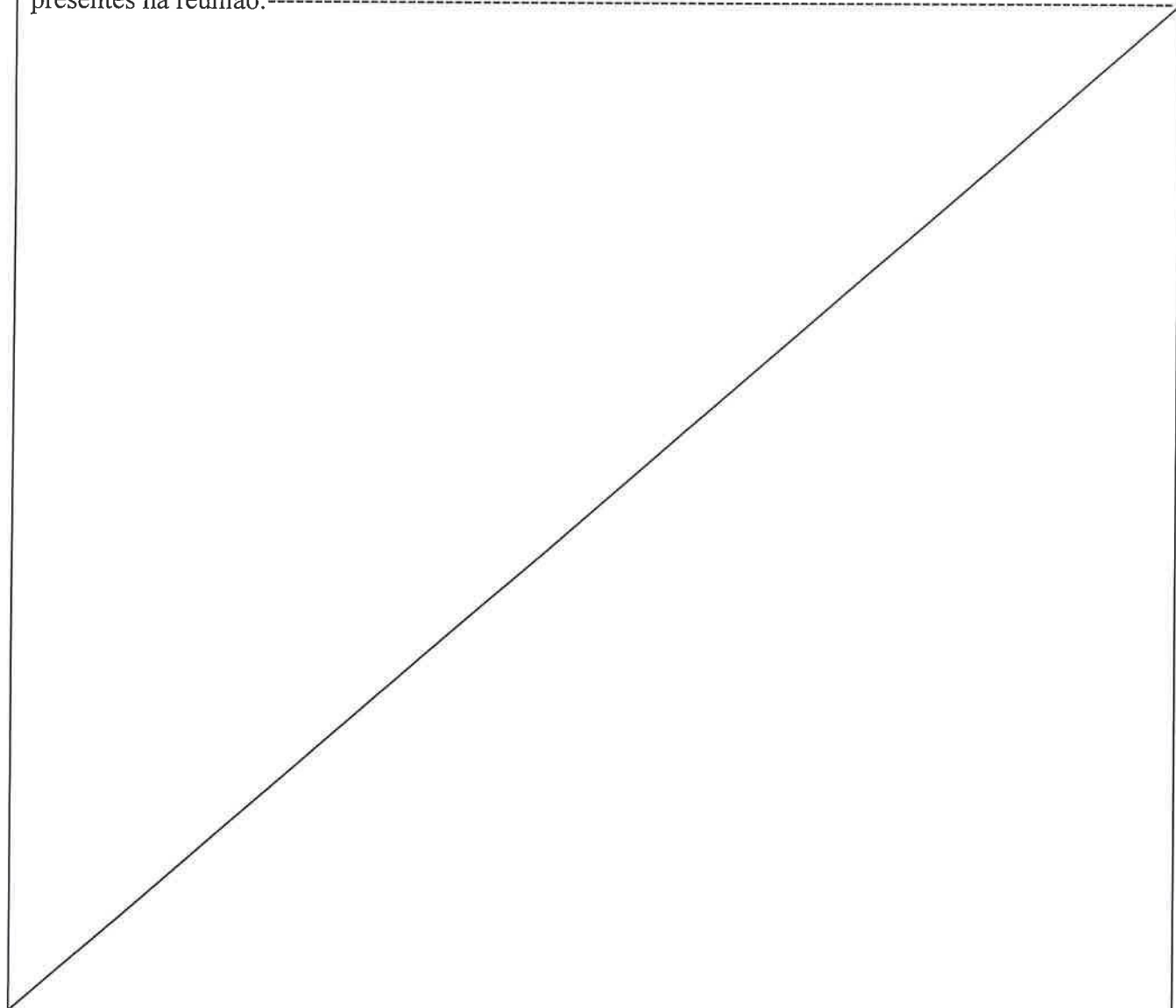
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

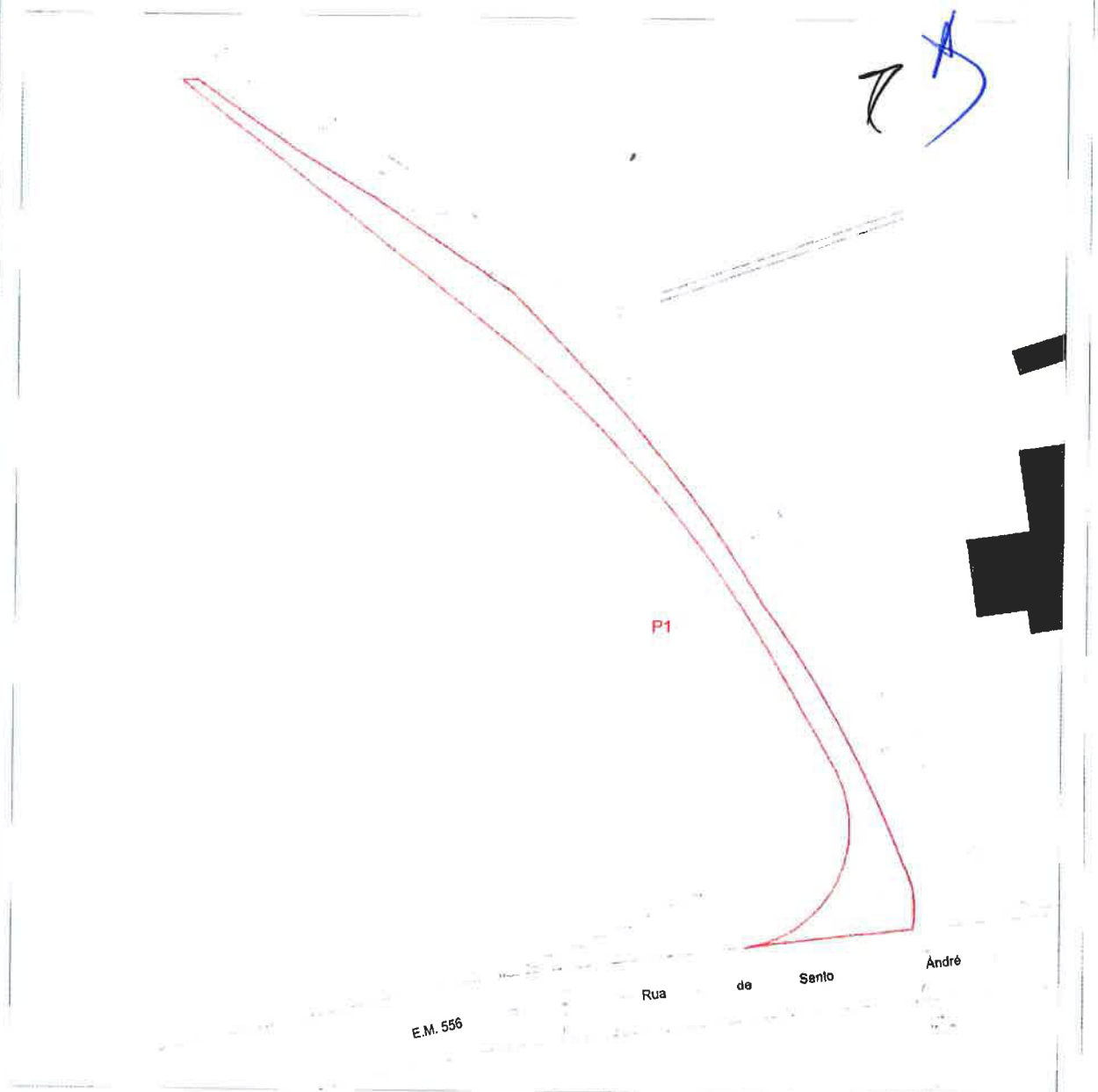
desanexada, delimitada na planta cadastral que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, propriedade de Manuel Carvalho de Araújo.-----

A aquisição da identificada parcela de terreno, por cedência gratuita ao domínio público do município, é feita com aceitação das condições descritas na aludida informação da Divisão Jurídica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



o Câmara Municipal



Parcela P1 - área: 238,00 m<sup>2</sup>

Proprietário: Manuel Carvalho de Araújo

**Confrontações**

Norte: Caminho Público

Sul: Estrada Municipal 556

Nascente: Caminho Público

Poente: Manuel Carvalho de Araújo

Coordenada Retangular

Origem Datum 73

(valores expressos em metros)

X = -30976.570

Y = 184258.940



**Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente**  
Divisão de Ambiente e Planeamento

**Planta de cadastro**

Beneficiação do acesso ao centro de recolha oficial - Canil / Gatil - Parcela P1

Autor  
Duarte Nuno

Rubrica do autor  
*Duarte N. Fonseca*

Colaboradores

Coordenador  
Lúcia Rodrigues (arq.)

Escala: 1/500



M.006DAP

Referência

SGD

Registo

Substitui

Substituído

Data  
julho 2018

Folha

01



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

**11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA - PAVIMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA RUA DA FONTE, EM SEQUEIRÔ.**-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e oito de abril findo, registada com o número três mil oitocentos e oito, a remeter estudo para a obra de pavimentação e beneficiação da Rua da Fonte, em Sequeirô, que contempla a instalação de infraestruturas de drenagem de águas pluviais, cuja estimativa orçamental é de 41.975,00 € (quarenta e um mil novecentos e setenta e cinco euros), mais IVA.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

Considerando que a obra em causa está prevista no Plano Plurianual para o ano em curso (objetivo 3.3.1; código/ação 010/2017/I/13), aprovado pela assembleia municipal em vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis;-----

Considerando a autorização concedida pela assembleia municipal para delegação de





competências nas freguesias (artigo 38º das Normas de Execução Orçamental);-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar a delegação de competências na referida freguesia para execução da obra acima referida, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por nove folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O compromisso do município foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2104/2017, de nove do corrente mês de maio.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





A

77

**12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE AGRELA - PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO PÉ DA SERRA.**-----

Presente officio de dez de novembro último, da junta de freguesia de Agrela, registado com o número vinte e três mil setecentos e oitenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa que os trabalhos se mostram necessários, sendo a respetiva estimativa orçamental de 7.431,25 € (sete mil quatrocentos e trinta e um euros e vinte e cinco cêntimos), mais IVA.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

Considerando que a obra em causa está prevista no Plano Plurianual para o ano em curso (objetivo 3.3.1; código/ação 003/2016/I/45), aprovado pela assembleia municipal em vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis;-----

Considerando a autorização concedida pela assembleia municipal para delegação de



competências nas freguesias (artigo 38º das Normas de Execução Orçamental);-----

Proponho que a câmara municipal delibere delegar na junta de freguesia a competência para execução da obra acima referida, nos termos da minuta do contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por nove folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O compromisso do município foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2167/2017, de onze do corrente mês de maio.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





A

1

**13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DESPORTIVO DAS AVES.-----**

Presente e-mail de trinta de dezembro último, do Clube Desportivo das Aves, registado com o número 21/2017, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e dezassete e a solicitar o respetivo apoio do município de Santo Tirso.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de cinco do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil e setenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Considerando o enquadramento legal referido na aludida informação;-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pelo identificado Clube, pessoa coletiva número 501 169 164;-----

Considerando os pressupostos que constam da minuta de contrato programa anexa;-----

Considerando o interesse público inerente ao programa de desenvolvimento desportivo que se pretende apoiar, cujos projetos e ações estão descritos na cláusula primeira da minuta anexa, e que fundamenta a celebração do respetivo contrato e atribuição, pelo município, de uma comparticipação financeira;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em seis de abril findo, válida por três meses;-----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia quatro do mesmo mês de abril, válida por quatro meses;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no





Handwritten signature in blue ink.

montante de 120 000,00 € (cento e vinte mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX, composto por onze folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

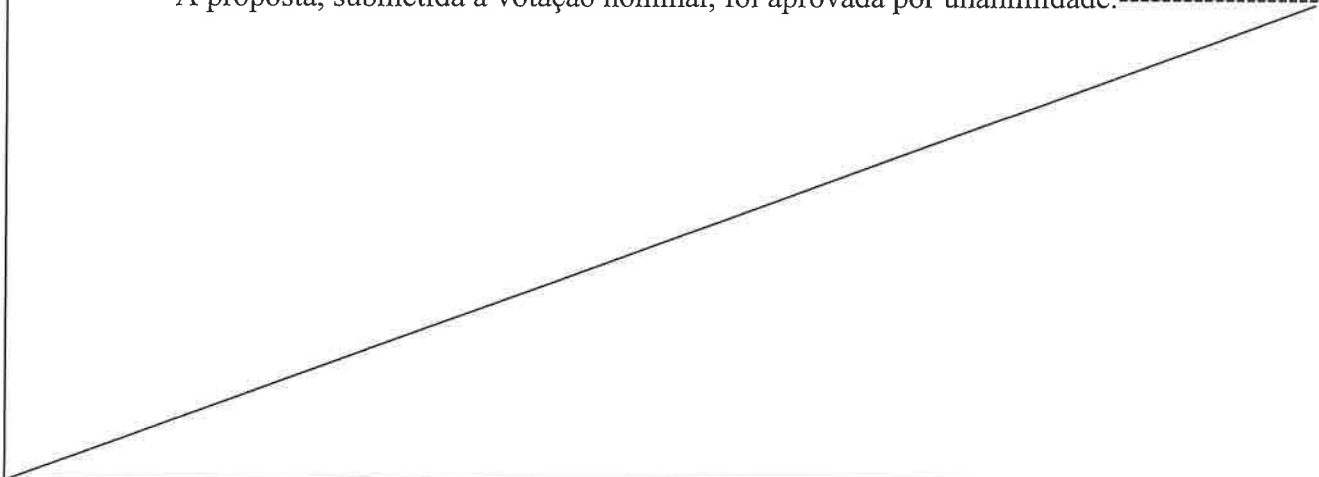
Em anexo ao contrato programa a celebrar deve constar planta da localização das obras a efetuar, bem como os estudos prévios ou descrições técnicas necessárias à sua apreciação, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 12º do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro.-----

Não obstante o disposto na cláusula terceira da minuta de contrato-programa anexa, o município apenas pagará a comparticipação financeira relativa às obras previstas na alínea B) da cláusula primeira, depois do Clube Desportivo das Aves apresentar documento que evidencie a sua execução.-----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pelas rubricas orçamentais 040701 e 080701, nas quais tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1441/2017.-----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2168/2017, de onze do corrente mês de maio.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----







*[Handwritten signature and initials]*

**14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO COLUMBÓFILO DE VILARINHO.**-----

Presente ofício de vinte e seis de dezembro último, do Grupo Columbófilo de Vilarinho, registado com o número vinte e sete mil quatrocentos e sessenta e dois, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Grupo Columbófilo de Vilarinho tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada pelo município ao sitio na internet da Segurança Social Direta, em onze do corrente mês de maio, cuja informação assim obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia oito do corrente mês de maio, válida por três meses.-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação do Departamento de Coesão Social, de dez do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil duzentos e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 950,00 € (novecentos e cinquenta euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante,



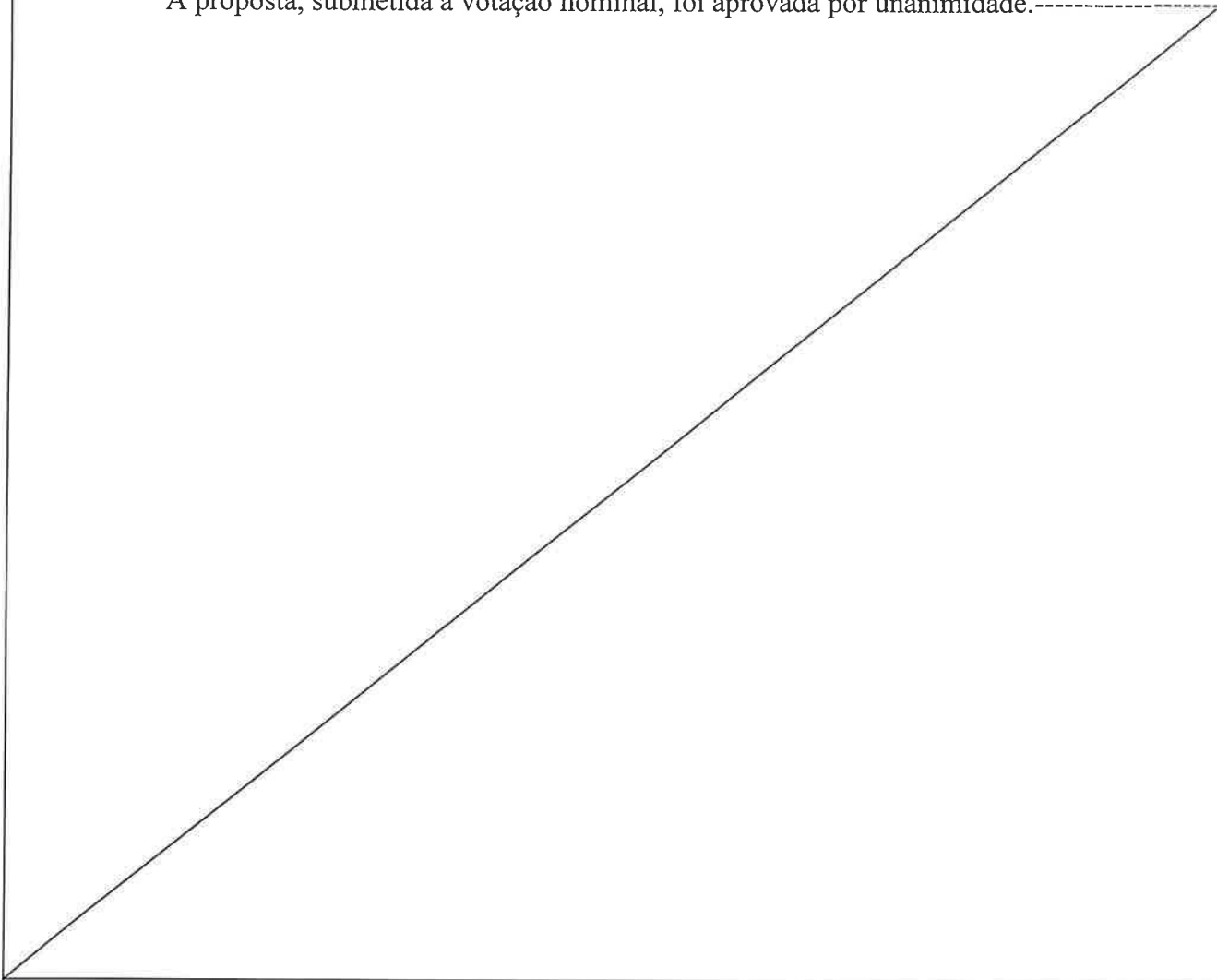
*[Handwritten signature in blue ink]*

constituindo o anexo X da mesma, composto por sete folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante global da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 02/040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1461/2017.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2157/2017, de onze do corrente mês de maio.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





**15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E LIVRARIAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS APOIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR – ANO LETIVO 2017/2018.**-----

Presente informação da Divisão de Educação, de onze do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil duzentos e quarenta e cinco, a apresentar proposta de protocolo a celebrar com as livrarias / papelarias do concelho de Santo Tirso que pretendam aderir, para concretização dos apoios de ação social escolar destinados à aquisição de material escolar, nos termos das condições que constam da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, e no seguimento da deliberação da câmara municipal de trinta de julho de dois mil e quinze (item dez da respetiva ata).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no seguimento da referida deliberação, e com a fundamentação constante da aludida informação dos serviços, deliberasse aprovar a minuta de protocolo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma, composto por quatro folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A despesa estimada com os auxílios económicos a conceder para comparticipação da aquisição de material escolar, cujo procedimento para a sua concretização é a celebração dos aludidos protocolos, é de 47.500,00 € (quarenta e sete mil e quinhentos euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020115, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento número 1488/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação ficou registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2169/2017, de onze do corrente mês de maio.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade dos membros

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 10 Fl. 36  
18 de maio de 2017

presentes.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração e voto:-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**(Município comparticipa aquisição de material escolar a todos alunos do 1º Ciclo)**



O Município vai alargar a todos os alunos do 1º Ciclo a comparticipação para a aquisição de material escolar a partir do ano letivo 2017-2018.

Pela primeira vez, os cerca de dois mil alunos do 1º Ciclo vão receber um “cheque escolar” no valor de 25 euros para adquirir material escolar nas livrarias do concelho, quando, até ao ano letivo em curso, apenas os mais carenciados tinham acesso a este apoio socioeconómico.

Depois de, no ano letivo 2015-2016, ter alargado a mais famílias os apoios socioeconómicos para aquisição de material escolar, com o objetivo de aliviar os orçamentos dos agregados familiares mais desfavorecidos, o executivo municipal decidiu pôr em prática, a partir do próximo ano letivo, mais uma medida de natureza geral e universal, complementar à do Governo, que vai disponibilizar livros gratuitos para os alunos do 1º Ciclo a nível nacional.

A medida lançada por este executivo municipal, que reforça a política de amortecedores sociais em vigor no Município de Santo Tirso, detentor do maior número de amortecedores sociais de entre todos os Municípios da Área Metropolitana do Porto, do Vale do Ave e da região do Tâmega e Sousa, tem ainda o mérito de ir ao encontro de uma das prioridades estabelecidas desde o início do mandato: a dinamização do comércio local.

Ao estabelecer um protocolo com as livrarias do Município, para a aquisição do material escolar aos cerca de dois mil alunos do 1º Ciclo, o executivo municipal está também a dinamizar o tecido empresarial local, com quem tem

preferencialmente trabalhado ao longo dos últimos três anos e meio – 67 por cento das entidades fornecedoras de bens e serviços da Câmara Municipal estão sediadas no concelho – e a quem paga a tempo e horas.

**Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a celebração do protocolo com as livrarias do concelho para a aquisição de material escolar a todos os alunos do 1º Ciclo.**

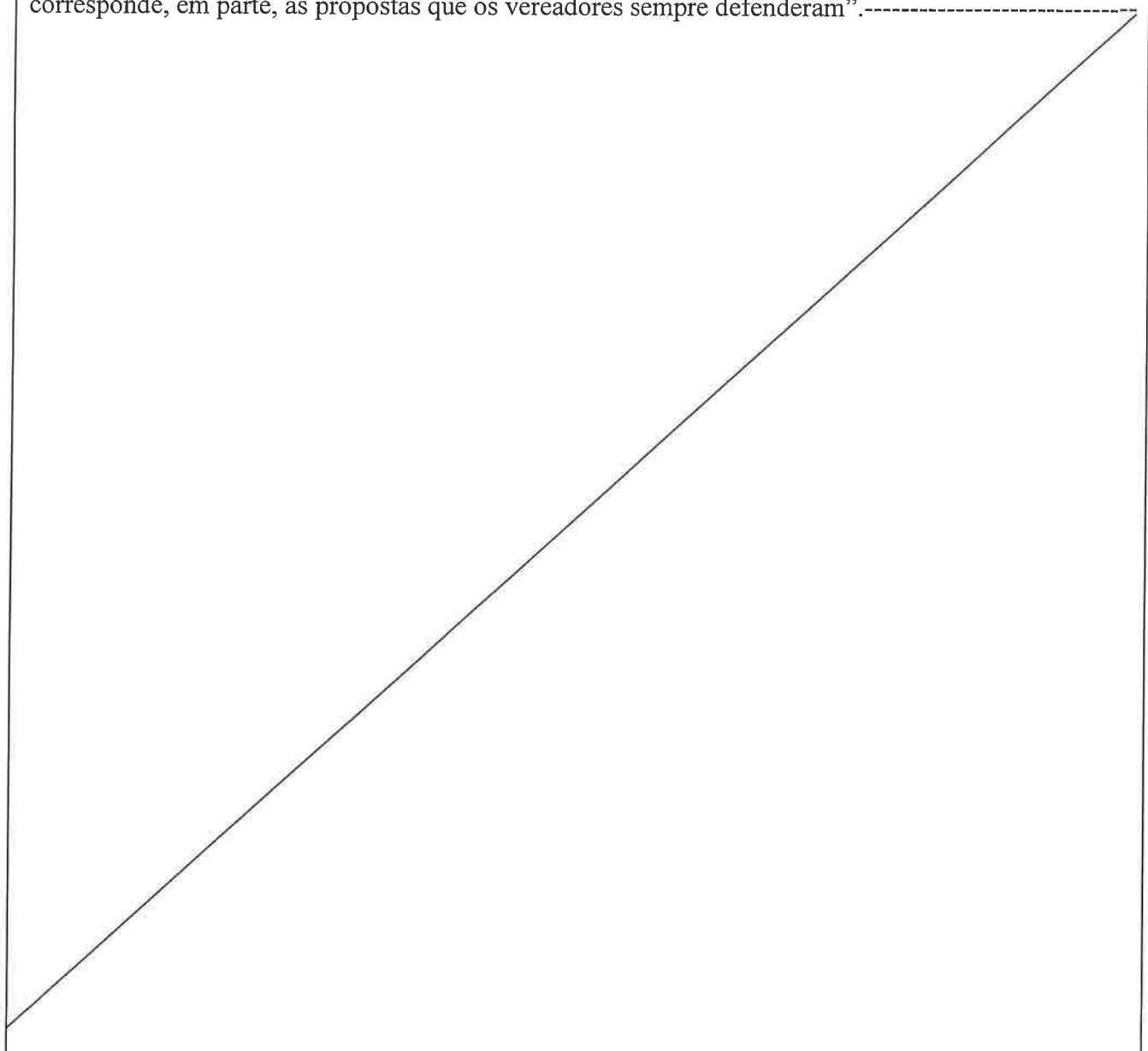
**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 18 de maio de 2017**



Seguidamente, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata subscrevem esta proposta e congratulam-se com a decisão de generalizar a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico os apoios para a aquisição de material escolar. Esta decisão, além de repor alguma justiça junto das famílias, corresponde, em parte, às propostas que os vereadores sempre defenderam”.-----





Handwritten marks: a blue checkmark and a black arrow pointing upwards.

**16. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS COM ESCOLA DE MÚSICA.**-----

Presente informação do Departamento de Cultura e Desenvolvimento Económico, de nove do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil cento e setenta e sete, a sugerir a atribuição de um subsidio anual às Associações Culturais a seguir identificadas, detentoras de escolas de música, para as ajudar a custear as despesas com o desenvolvimento das ações previstas no seu plano de atividades.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pelas entidades a seguir identificadas revestem-se de interesse cultural, pela valorização das tradições locais, promovendo a música portuguesa e a preservação do património imaterial do concelho e da região;-----

Considerando que aquelas entidades cooperam com o município no âmbito do seu programa cultural;-----

Considerando as atribuições do município no domínio da cultura;-----

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir os subsídios a seguir referidos, nas condições de atribuição constantes do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas.-----

- Associação Tuna Musical de Rebordões - 1.000,00 € (mil euros);-----
- Escola de Música de S. Martinho do Campo - 1.000,00 € (mil euros);-----
- Grupo Coral de Vila das Aves -- 1.500,00 € (mil e quinhentos euros);-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1491/2017.-----



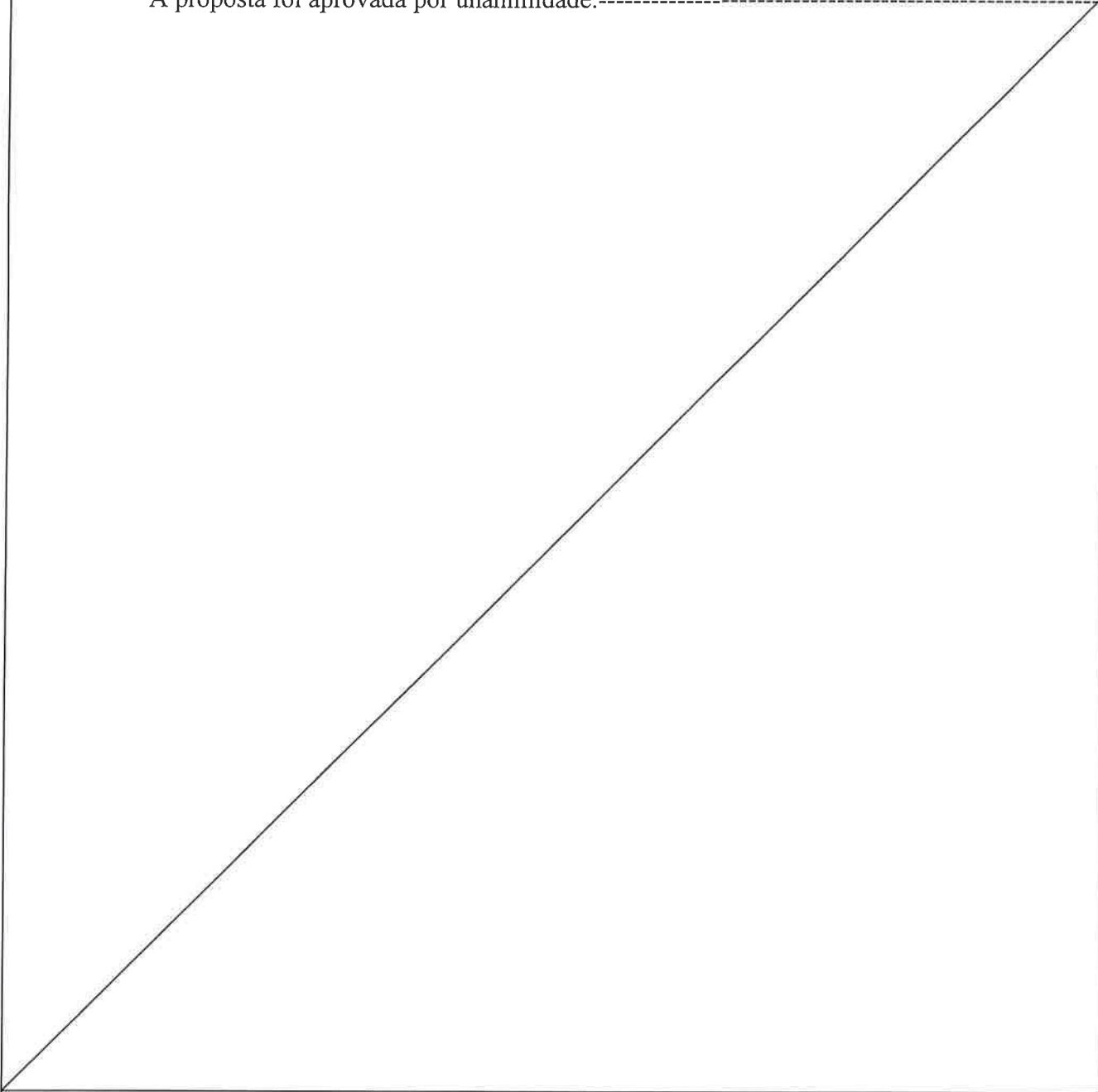


A

↗

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com os números 2164, 2165 e 2166, todos de onze do corrente mês de maio.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt



## **Condições de atribuição do apoio financeiro às Associações Culturais do Concelho de Santo Tirso: Associação Tuna Musical de Rebordões, Escola de Música de S. Martinho do Campo e Grupo Coral de Vila das Aves (Oficina de Música).**

### **Artigo 1º** **Objeto**

Considerando que a dinamização cultural de um concelho é o reflexo da produção cultural assumida pela autarquia e do apoio que esta disponibiliza ao funcionamento das associações locais, apoiando e incentivando a promoção e a realização de projetos de reconhecida qualidade para o município, a autarquia, ao abrigo das competências previstas no artigo 33, nº 1 nas alíneas o) e u) da Lei 75/2013 12 de Setembro, atribui às Associações Culturais a seguir designadas o seguinte subsídio anual: Associação Tuna Musical de Rebordões – 1.000,00 € (mil euros); Escola de Música de S. Martinho do Campo – 1.000.00 € (mil euros) e Grupo Coral de Vila das Aves – 1.500 € (mil e quinhentos euros).

### **Artigo 2º** **Âmbito**

Este subsídio destina-se à Associação Tuna Musical de Rebordões, à Escola de Música de S. Martinho do Campo e ao Grupo Coral de Vila das Aves (Oficina de Música) e substitui todos os apoios monetários e subsídios que a autarquia tem vindo a atribuir anualmente, designadamente:

- a) Subsídio anual para apoio à atividade regular, particularmente o normal desenvolvimento dos programas e ações apresentadas em Plano Anual de Atividades, de acordo com os objetivos da associação.
- b) Apoio aos transportes para atuações solicitadas pela autarquia ou por outras entidades sediadas dentro ou fora do concelho.



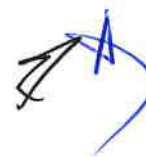
Serviços de Obras  
Particulares, Ação Social  
e Atendimento Geral e  
Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico  
e Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt



### **Artigo 3º** **Critérios de pagamento do subsídio**

Para garantirem o direito a receber a totalidade do montante do subsídio as associações culturais referidas no artigo 2º comprometem-se a cumprir as suas obrigações legais e:

- a) Participar numa atividade em data e local a designar por esta autarquia, de acordo com os fins e objetivos da associação, nomeadamente em concertos, espetáculos ou outras atividades.
- b) Assegurar o transporte dos elementos da respetiva associação para participação na atividade promovida, ou designada, pela Câmara Municipal, conforme referido na alínea a) do presente artigo.

### **Artigo 4º** **Prazo para pagamento do subsídio**

O subsídio será pago nos meses de maio/junho de 2017.

### **Artigo 5º** **Processo de pagamento do subsídio**

1 - O subsídio será pago às associações culturais, referidas no artigo 2º, desde que cumulativamente cumpram as condições previstas nas alíneas a) e b) do artigo 3º e os requisitos a seguir mencionados:

- a) Entregar nesta Câmara Municipal o Plano de Atividades para 2017
- b) Entregar Relatório de Contas referente ao ano de 2016.

2 – Os Serviços de Cultura enviarão para os Serviços de Contabilidade a listagem com a indicação das associações que reúnem as condições para receberem o subsídio.



Serviços de Obras  
Particulares, Ação Social  
e Atendimento Geral e  
Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico  
e Contábil

### **Artigo 6º** **Vigência**

As presentes normas entram em vigor a 1 de janeiro de 2017 e vigoram até 31 de dezembro do mesmo ano.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**17. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DENOMINADA  
AAEV-ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ESCUTEIROS DE VILARINHO.**-----

Presente e-mail de trinta e um de março último, da associação AAEV – Associação de Antigos Escuteiros de Vilarinho, registado com o número oito mil quatrocentos e sessenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear o desenvolvimento das suas atividades.-----

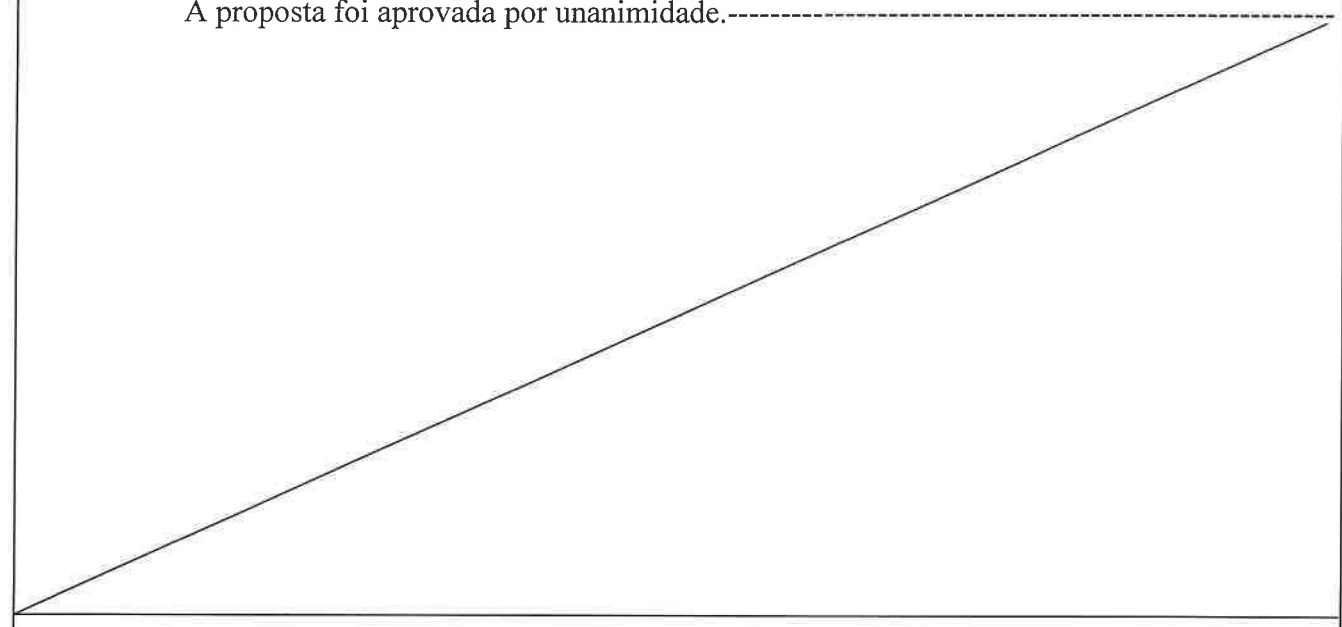
O expediente vem informado pelo Serviço de Juventude, conforme informação de cinco do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil e setenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à associação AAEV– Associação de Antigos Escuteiros de Vilarinho, um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental nº 1463/2017.--

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2158/2017, de onze do corrente mês de maio.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**18. ASSOCIAÇÃO DO CARNAVAL DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: PEDIDO DE SUBSÍDIO.**-----

Presente ofício da Associação do Carnaval de S. Tomé de Negrelos, registado com o número oitocentos e sessenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com o cortejo de carnaval que realizaram em S. Tomé de Negrelos, no dia vinte e seis de fevereiro último.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o cortejo de Carnaval da freguesia de São Tomé de Negrelos é já uma tradição concelhia, que atrai àquela freguesia um elevado número de visitantes;-----

Considerando que os festejos de Carnaval são uma tradição popular, que deve ser apoiada pela câmara municipal;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 800,00 € (oitocentos euros) à Associação do Carnaval de S. Tomé de Negrelos, para ajudar a custear as despesas com o referido evento.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1358/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2082/2017, de três do corrente mês de maio.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### 19. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA FESTAS E ROMARIAS.

Presentes os ofícios da Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Espinhos, de treze de abril findo, registado com o número nove mil cento e quarenta e sete; da Comissão de Festas de S. João do Carvalhinho, de sete do mesmo mês, registado com o número nove mil quinhentos e vinte e um; da Comissão de Festas de S. Martinho do Campo, de vinte do mesmo mês, registado com o número nove mil setecentos e vinte e cinco; e da Comissão de Festas de S. João das Fontainhas, de dez de janeiro último, registado com o número seis mil oitocentos e cinco, todos a solicitar a atribuição de subsídio para ajudar a custear as despesas com as respetivas festas, a saber:-----

Em honra de Nossa Senhora dos Espinhos, que se realizam em S. Martinho do Campo no próximo mês de julho; em honra de S. João, que se realizam no S. João do Carvalhinho, Burgães, de vinte e três a vinte e cinco do próximo mês de junho; em honra de S. Martinho, que se realizam de nove a doze do próximo mês de novembro; e também em honra de S. João, que se realizam no lugar de S. João das Fontainhas, Vila das Aves, nos próximos dias vinte e três a vinte e cinco de junho.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição dos seguintes subsídios:-----

- Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Espinhos – Vila Nova do Campo – 250,00 €




(duzentos e cinquenta euros);-----

- Comissão de Festas de S. João do Carvalhinho – Burgães – 500,00 € (quinhentos euros);-----

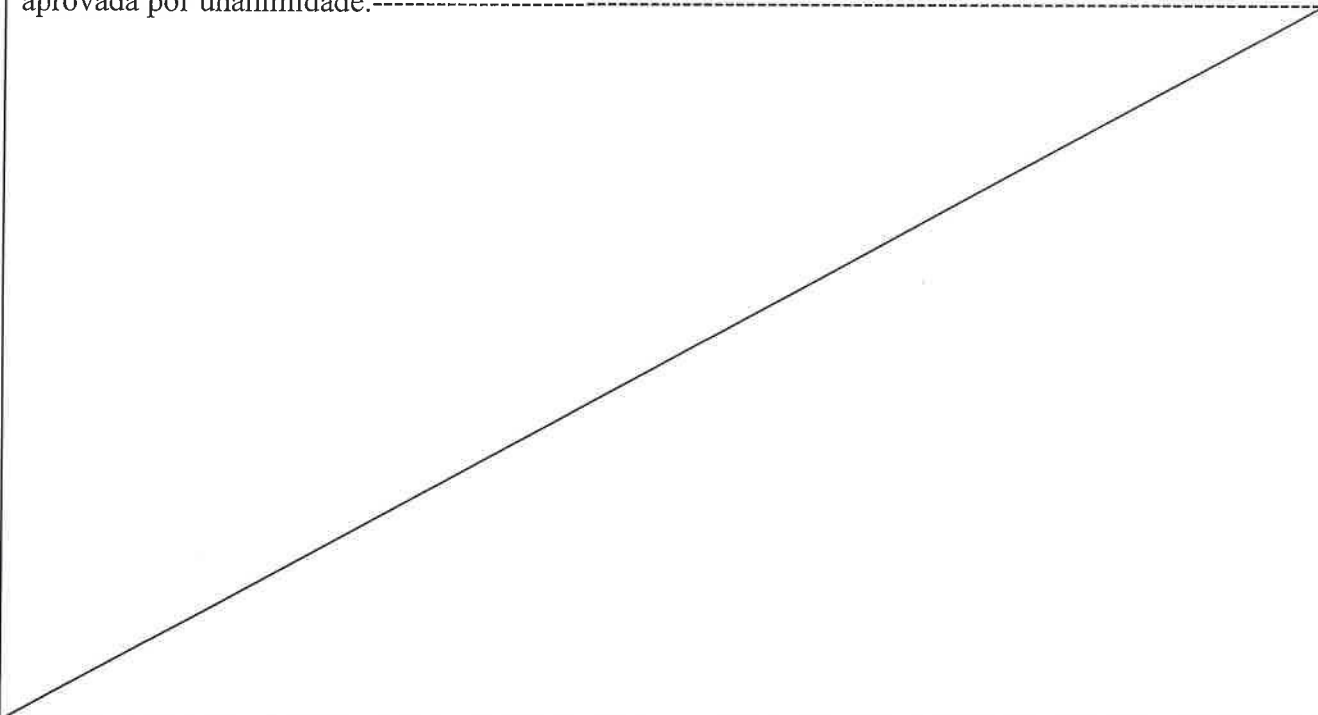
- Comissão de Festas de S. Martinho – Vila Nova do Campo – 400,00 € (quatrocentos euros);-----

- Comissão de Festas de S. João das Fontainhas – Vila das Aves – 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme propostas de cabimentos orçamental números 1454/2017, 1455/2017, 1456/2017 e 1490/2017.-----

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com os números 2153, 2154 e 2155, de dez do corrente mês de maio, e 2171, de onze do mesmo mês de maio.-----

A proposta de atribuição dos referidos subsídios, foi submetida a votação nominal e foi aprovada por unanimidade.-----





**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

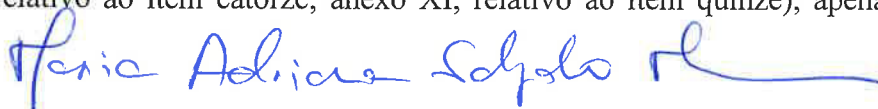
Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Ninguém do público usou da palavra.-----

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e cinquenta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e nove folhas e onze documentos anexos (anexo I, relativo ao item três; anexo II, relativo ao item quatro; anexo III, relativo ao item cinco; anexo IV, relativo ao item seis; anexo V, relativo ao item oito; anexo VI, relativo ao item nove; anexo VII, relativo ao item onze; anexo VIII, relativo ao item doze; anexo IX, relativo ao item treze; anexo X, relativo ao item catorze; anexo XI, relativo ao item quinze), apenas utilizadas no anverso, que eu



funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 01/06/2017 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas 102 da respetiva minuta).-----

A Secretária,

